

Editorial

Impossível ignorar que escrevemos este editorial em tempos duros, com um genocídio de brasileiros/as em curso em função da necropolítica do governo Bolsonaro e seus similares em tempos de pandemia de Covid-19. A política federal baseada em desinformação massiva, negação da gravidade da pandemia e das políticas da OMS, ataques e desfinanciamento da ciência, enquanto avança em ações de desmonte do Estado, trazem e trarão graves consequências à sociedade e ao território – ao mesmo tempo que diversos outros governantes colocam professores e estudantes em risco em processos, similares, de desconsideração das evidências sobre os riscos e problemas do retorno precoce às aulas.

Nesse contexto, nossa humilde contribuição aqui trata de desvelar temas relevantes à compreensão dos usos do território brasileiro a partir de conhecimentos baseados em pesquisas científicas e zelar coletivamente pelo cuidado e qualidade do fazer científico.

Esta edição, aliás, é especial: fecha os dez primeiros volumes do Boletim Campineiro de Geografia, na primeira década de sua existência. Coroa, assim, o encerramento de uma primeira década que trará, no próximo volume, a abertura de uma nova etapa de amadurecimento e consolidação da revista.

Este número traz um conjunto de oito artigos de diferentes áreas da Geografia, com importantes contributos aos diversos campos. Abrindo a edição, o artigo de Jéssica Cecim contribui ao debate sobre a docência, ao discutir a localização e a memorização como aspectos frequentemente associados diretamente ao ensino de Geografia. Ela aponta, a partir de análise de questões da Comvest/Unicamp e de entrevistas com professores, que essas categorias, concebidas como tradicionais, seguem presentes desde a institucionalização da Geografia na Educação Básica. A autora aponta que as equivalências que se constroem entre esse binômio localização-memorização auxiliam na formação de um discurso que atribuem à Geografia Escolar um papel restrito de operar a partir dessas chaves. Como ela lembra, o ensino de Geografia pode (e deve) se estender para além desses elementos.

Luciano Duarte traz uma valorosa análise do circuito espacial produtivo do petróleo no território nacional e de como a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) participou e foi transformada por tal circuito. O autor reafirma a centralidade histórica da Petrobras na formação socioespacial brasileira, destacando o ganho de importância a partir das políticas neodesenvolvimentistas –

que, com suas contradições e limites, apontavam para sentidos de industrialização do território nacional, controle por parte do Estado dos excedentes oriundos da renda e internalização de centros de decisão, ao menos no setor petrolífero. Além disso, o autor afirma que os projetos desse período buscavam viabilizar os lugares à ação das empresas do circuito do petróleo e, em alguma medida, incorporar certa preocupação com o desenvolvimento urbano e regional. O autor destaca como, após a crise política de 2015, esse processo passa a ter sentidos pouco claros e ritmos totalmente indefinidos, visto que ele passa a ser orientado quase exclusivamente por lógicas próprias da globalização neoliberal. Nesse sentido, há uma fragilização das articulações políticas na Baixada Santista e uma crise da economia política ligada ao circuito do petróleo.

Em outro tema, o artigo de Débora Lima, Paloma Guitarrara e Vicente Eudes Lemos Alves traz contribuições significativas à compreensão da atuação de empresas chinesas na região Matopiba. A região é palco de conflitos territoriais importantes, vem atraindo interesses de investidores estrangeiros em terras, em produção de cadeias de commodities agrícolas e em infraestrutura. O artigo analisa essas dimensões e aponta para a necessidade de discutirmos os reflexos da presença e atuação dessas empresas nas comunidades territoriais da região.

O texto de Dayse Silveira de Almeida analisa dados abertos geoespaciais gerados por satélites sobre o mapeamento do desmatamento e das queimadas na Amazônia Legal, buscando extrair informações relevantes para embasar medidas para preservação ambiental. Os resultados mostram um aumento nas áreas com avisos de desmatamento de 42% em 2019, representando 22.801 km² desmatados e, aumentos anuais consideráveis no número de focos de queimadas registrados desde 2018.

O uso do território e o agronegócio da soja nos municípios de Barreiras/BA e Luís Eduardo Magalhães/BA é o tema do artigo de Matheus Dezidério Busca. O texto aponta a importância dos círculos de cooperação para a coordenação das redes que estruturam o circuito espacial produtivo no espaço, demonstrando como as localizações dos agentes do agronegócio localizados em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães são estrategicamente pensadas. O artigo indica que os dois municípios configuram-se como centralidades regionais do agronegócio, em função da produção agrícola e da presença de grandes empresas transnacionais que controlam diversas etapas da produção da soja.

Dois artigos contribuem para desvendar dinâmicas contemporâneas do urbano em Campinas. Mayra Brasco analisa criticamente os usos e a ocupação do solo da região noroeste de Campinas, marcada pela urbanização periférica.

Interpretando as transformações espaciais por meio de análise de documentos e leis, pesquisa bibliográfica, análise de dados e trabalhos de campo, o artigo problematiza a relação do poder público com o setor imobiliário em Campinas, em uma atuação seletiva a partir de interesses privados. A autor aponta que a lógica da cidade como mercadoria é predominante nas transformações analisadas em todo o período estudado. Em outro artigo, Lucas Pinto Seixas e Isabela Bordignon analisam criticamente a adoção das estratégias do Poder Público Municipal de Campinas para a tecnificação do território através do Plano Estratégico Campinas Cidade Inteligente, buscando investigar o papel das geotecnologias nesse processo. O modelo de cidades inteligentes se tornou uma atualização do paradigma dominante para o planejamento urbano, devendo ser analisado de forma aprofundada – como fazem os autores neste importante artigo.

Fechando a seção de artigos, Gustavo Palma de Andrade traz uma análise sobre a verticalização em São José dos Campos/SP. O artigo analisa, em especial, o Jardim Aquarius, bairro de classe média-alta foco do boom do mercado da construção civil durante os anos 1990 na cidade. A partir do conceito da produção social do espaço, Andrade analisa os conflitos relacionados ao uso do espaço urbano na cidade, sobretudo os vinculados à legislação municipal de zoneamento e a projetos empresariais e de mobilidade urbana recentes, associando o processo de verticalização à especulação imobiliária.

Por fim, a seção de tradução traz um texto de Héctor Poggiese, especialista em metodologias de participação popular em políticas públicas na América Latina e com larga experiência e produção no tema. Poggiese coordenou o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Urbano da CLACSO em parceria com Ana Clara Torres Ribeiro. Neste importante texto, de 2000, intitulado “Alianças transversais, reconfiguração da política e desenvolvimento urbano: cenários do presente e do futuro”, o autor analisa as diferentes modalidades de formulação de políticas urbanas, enfatizando caminhos para construir formas de democracia ampliada que envolvam alianças estratégicas com movimentos sociais, efetivando uma participação popular efetiva.

Boa leitura!

Conselho Editorial

* * *

 **BCG**: <http://agbcampinas.com.br/bcg>